se preocupa em incluir a todos no espaço do museu. Em função do significativo acervo da pinacoteca, todas as ações acontecem de fato, famílias estavam participando, escolas estavam presentes, visitantes aleatórios apreciando a exposição. Tendo em vista, que toda ação educativa da pinacoteca acontece pelo fato da organização se impecável.

Os agendamentos acontecem exatamente no horário marcado, cada monitor ou mediador respeita o espaço de um determinado grupo, por isso a questão do tempo com cada grupo é extremamente importante. Jogajunto e educateca são as únicas ações educativas que não está limitado ao um determinado tempo, ali no espaço, o visitante se diverte e joga o quanto tempo achar necessário. Um experencia lúdica e encantadora de se observar. O NAE é de fato uma importante ação acolhedora para o museu, já que a educadores, crianças, famílias, estudantes de qualquer nível educacional é incluído de alguma maneira nesse universo artístico que é a Pinacoteca.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS


CHAGAS, Mário de Souza. Preservação do patrimônio cultural: educação e museu. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n.2: 46-53, dez./1989.

COELHO, M.C.P. Da origem dos Museus, do seu conteúdo, arquitetura e livre acesso. Brotéria. 1997. Cultura e Informação.

IMBROISI, Margaret. Pinacoteca do Estado de São Paulo. 2016. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo/ - Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, Abrahão de. O Espaço Da Arte Em São Paulo – A Pinacoteca Do Estado. 2014. Disponível em: http://www.saopauloinfoco.com.br/pinacoteca-de-sao-paulo/ - Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

REVISTA 78. Pinacoteca do Estado de São Paulo. 20018. Disponível em: http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2007/espaco78abr/0cultura02.htm - Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

SÃO PAULO. Pina, 2019. Disponível em: http://pinacoteca.org.br/programacao/arte-no-brasil/

Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

SANTOS, S. M. P. Educação, Arte e Jogo. Petrópolis: Vozes, 2006.

SARRAF, Viviane. Breve História das Ações de Inclusão em Museus Brasileiros. 2018. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/encontro-regional-de-acessibilidade-em-museus/relatos/mesa-breve-historia-das-acoes-de-inclusao-em-museus-brasileiros - Acesso em 16 de fevereiro de 2019


# EMPODERAMENTO: DISCUSSÃO ENTRE LIBERDADE E PODER NA EDUCAÇÃO PÚBLICA


GABRIELE DALARTE



**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo ampliar a discussão entre o tema da liberdade e do poder na educação pública, tendo como foco a construção de uma aprendizagem voltada ao protagonismo e ao em-

poderamento dos alunos. Este estudo surgiu a partir da observação de conflitos no ambiente escolar atualmente, com cerne nas diferentes concepções de docentes e alunos, na organização estrutural da escola desde o inicio de sua historicidade. O objetivo desse trabalho aborda a compreensão que os professores e alunos têm da liberdade e do poder no contexto escolar e de que forma são relacionadas em suas vivências e aprendizagens. A pesquisa adotou a metodologia de abordagem qualitativa ao utilizar em sua investigação a pesquisa bibliográfica e de campo, em que o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista com alunos e professores da rede pública do Ensino Fundamental I Municipal de São Paulo, com a intencionalidade de discutir as concepções dos sujeitos envolvidos. A análise de dados demonstrou que a liberdade é necessária no contexto escolar, pois rompe com aspectos autoritários e contribui para a reflexão do sujeito enquanto protagonista de seu processo de aprendizagem a fim de deslumbrar a participação coletiva e a tomada de decisão fundamentada no empoderamento dos sujeitos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Escola pública; Liberdade; Poder.

## ABSTRACT

This work aims to expand the discussion between freedom and power at public education, it focuses on the learning frame which values the students' role and empowerment. This study appeared from observation of the conflicts in the educational environment nowadays, it is concentrated on different views of teachers and students. The aim of this work approaches the students and teachers understanding about freedom and power in the educational context and how it is related with their experience and learning. The research embraced a qualitative methodology using bibliographic and field research, which one has used the data collection instrument from interviews with students and teachers involved on public web of municipal basic education – primary school in São Paulo, with the intentionality to discuss the involved subjects. The data analysis showed that the freedom is necessary in the educational context, because it breaks the authoritarian aspects and it contributes to the subject reflection while he's protagonist in your learning process, for the purpose of involving the collective participation and the decision-making based on subjects' empowerment for the frame of a truly democratic society.

KEYWORDS: Public school; Freedom; Power.

## 1. **INTRODUÇÃO**:

As marcas do poder na construção da liberdade no ambiente escolar

A educação brasileira tem se construído historicamente e o cotidiano da escola revela as mudanças nesse percurso, a questão entre a liberdade e o poder é uma discussão que merece atenção, pois apresenta conflitos no contexto escolar, devido a divergências de concepções e a própria organização estrutural da escola. Ao mesmo tempo, avanços são percebidos, pois há um esforço para envolver a participação de toda comunidade escolar em busca de uma educação de qualidade, descentralizada e de corresponsabilidade.

Dessa forma, é necessário compreen-

dermos o conceito de liberdade e poder que os professores e alunos têm, consequentemente seus facilitadores e dificultadores desse processo de construção da participação, do protagonismo e do empoderamento em suas rotinas.

O estudo sobre a relação entre a liberdade e o poder foi escolhido para o desenvolvimento da pesquisa devido à trajetória de luta que as escolas brasileiras tem percorrido contra as práticas de autoritarismo e dominação, desde o início da colonização até os dias atuais em busca de uma educação que visa a justiça social e a participação dos cidadãos.

Neste contexto, o fazer pedagógico objetiva a participação dos alunos em suas aprendizagens e decisões coletivas, o protagonismo na ação reflexiva, na elaboração do pensamento e na organização da argumentação, vislumbra a possibilidade do empoderamento desses alunos, compreendendo, assim, a construção da liberdade como um processo relevante de aprendizagem fomentada pela construção social e política indispensável à formação da cidadania.

Portanto, a relação entre o uso do poder e da liberdade urge ser discutida e refeita com práticas educativas mais humanizadas e desburocratizadas, ao vivenciar instâncias participativas e deliberativas como assembléias de classe e de escola, afim de alterar o paradigma das unidades escolares como ambiente controlador e autoritário, constituindo-se como um espaço de todos, discutido a partir de interesses da comunidade local com o foco em suas reais necessidades e respeitada a história de seus sujeitos.

Os caminhos metodológicos da pesquisa perpassam uma abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista com professores e alunos do Ensino fundamental I como instrumento de coleta de dados, já que o enfoque a ser analisado é a interação social dos sujeitos. Tem como intencionalidade verificar as hipóteses acerca do conceito de liberdade e poder e seus facilitadores e dificultadores no contexto da escola pública.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Considerações sobre liberdade e poder: limites e possibilidades

O conflito estabelecido entre o uso do poder e da liberdade na escola nos remete a um questionamento sobre o papel da escola na atualidade.

Ao longo dos anos, a escola tem superado a ideia de somente transmissora do conhecimento e passou a ser vista também como um espaço de interação dos sujeitos em que as relações humanas são fortalecidas a partir de suas vivências, assim, busca dialogar e aproximar-se de sua cultura e história.

Essa concepção de escola tem sido construída na atualidade e encontra dificuldades de propagação, pois ainda a educação absorve os valores, conteúdos e metodologias determinada pela sociedade e utiliza as avaliações externas como meio de garantia e análise de desempenho desse ensino que serve aos interesses de uma parte dominante dessa sociedade capitalista, que muitas vezes desconsidera a localidade e a realidade dos sujeitos:

[...] O Estado anula a seu modo, as diferenças do nascimento, estado, social, cul-

tura e ocupação ao declarar diferenças não políticas, ao proclamar todo membro de um povo, sem atender a estas diferenças, como co-participante por igual da soberania popular, ao tratar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado [...] ( MARX; ENGELS, 2004, p.39)

Do mesmo modo esse controle é estendido no âmbito educacional:

As elites controlam o sistema educacional, controlando salários, condições de trabalho, burocracia etc.,estruturando, com isso, a conservação; porém, mesmo que não queira, a educação por elas permitida contém espaços de inovação a partir das contradições sociais. Não é casual que as elites evitem ao máximo a universalização qualitativa da Escola em nosso país. (CORTELLA,2001, p. 136)

Nessa contradição que a escola busca se refazer e encontrar seu papel, no jogo do poder com o foco na economia vigente e na dominação do capital humano, compactua com a alienação do trabalho em suas atividades escolares formando para esse fim em detrimento a formação voltada ao exercício consciente da cidadania como coloca Paro em seu livro “Escritos sobre Educação”:

Servir ao capital tem sido, sob esse aspecto, o grande erro da escola básica, cujas funcões têm sido subsumidas pela preocupação de como levar os alunos a um trabalho futuro. A situação seria diversa, é lógico, se ela o fizesse de uma forma crítica, de tal sorte que os educandos fossem instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado. Assim, a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas à dotação de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele. (PARO, 2001, p.24)

A educação, portanto, deve ser compreendida a partir dessa ótica política e econômica da sociedade em questão, pois esta que regula as demais relações sociais, como a escola e a família. Dessa forma, que a discussão entre liberdade e poder caminha na educação pública e visa construir um espaço de discussão e exercício da cidadania, humanizando seu papel político e pedagógico, defendemos aqui uma educação para além do discurso baseada em conhecimentos e atitudes.

É nessa paixão pelo humano que habita, de forma compulsiva, a tensão articulada entre o epistemológico e o político, onde se dá o encontro do sonho de um Conhecimento como ferramenta da Liberdade e de um Poder como amálgama da convivência igualitária. (CORTELLA, 2001, p. 159)

Nessa convivência que almejamos que as discussões na escola devem se fortalecer, na concepção de que educação é uma ato político intrínseco ao pedagógico, educação real, com sujeitos reais que exprimem opiniões, desejos, participam, ressignificam ações e se conscientizam da realidade habitada por cada um em busca de exercer os direitos de igualdade e liberdade promulgado pela Constituição Brasileira:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

residentes no País a inviolabilidade do direto à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] ( BRASIL, 1998)

E ainda direcionada mais especificamente à educação “Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [...] “. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, lei 9394/96, também valida e reafirma o direito à liberdade:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

[...] (BRASIL,1996)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, coloca a questão como direito fundamental da pessoa humana:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Observada sua garantia legal ao direito à liberdade, ainda podemos observar o conceito da palavra segundo o dicionário Michaelis, refere-se, muitas vezes, a ação de um sobre o outro no desuso do poder e da dominação em sua vasta e abrangente definição:

li.ber.da.de

sf (lat libertate) 1 Estado de pessoa livre e isenta de restrição externa ou coação física ou moral. 2 Poder de exercer livremente a sua vontade. 3 Condição de não ser sujeito, como indivíduo ou comunidade, a controle ou arbitrariedades políticas estrangeiras. 4 Condição do ser que não vive em cativeiro. 5 Condição de pessoa não sujeita a escravidão ou servidão. 6 Dir Isenção de todas as restrições, exceto as prescritas pelos direitos legais de outrem. 7 Independência, autonomia. 8 Ousadia. 9 Permissão. 10 Imunidade. sf pl 1 Regalias, franquias, imunidades, privilégios concedidos aos cidadãos pela constituição do país ou de que goza um país, uma divisão dele, uma instituição etc. 2 Maneira de proceder não sancionada pelas convenções sociais ou pelo decoro. 3 Familiaridade importuna; atrevimento, confiança: Tomar liberdades com alguém. L. civil:poder de praticar tudo o que não é proibido por lei. [...] L. de ensino: a que é garantida pelas leis constitucionais, sem que o Estado interfira nem na matéria, nem nos métodos de ensino. [...]. L. política: o exercício dos direitos políticos assegurados na constituição política do Estado. (MICHAELIS, 2009)

Contudo, podemos observar que o processo dialógico é fundamental à produção de opinião, argumentos e ideias e, consequen-

temente, da liberdade, vista enquanto prática democrática contra os princípios autoritários e de submissão, em que seja possível criar um ambiente em que haja negociações, discussões e argumentações nas tomadas de decisões coletivas, trata de valores de respeito e justiça:

A liberdade que desejamos para uma sociedade democrática é a que se deve ser vivida a plenos pulmões pelos estudantes dentro das instituições educacionais. As estruturas, normas e regulamentos deverão ser gerados pelo grupo, na medida em que a vida e o crescimento assim o exijam. Serão conseqüência do processo, nunca sua condição. ( GUTIÉRREZ, 1988, p.114)

Desse modo, que a educação deve ser vista como processo e não fim em si mesma, notas de avaliações e rankings, um processo de consciência de si mesmo e do mundo, para ter atitudes comprometidas com a coletividade e a realidade, por isso, que Paro define liberdade considerando o ser humano como sujeito, nas relações humanas e nas construções de responsabilidade social, construção histórica dos sujeitos:

E aqui vejam como o conceito de liberdade não é o mesmo do senso comum: liberdade não é meramente estar solto, não é poder fazer coisas; não. Liberdade não se ganha, liberdade não se dá e liberdade também não se conquista, porque a liberdade conquistada é sempre à custa da liberdade do outro. Liberdade se constrói, com o outro. E essa construção da liberdade com o outro se dá no diálogo. É o que chamamos de democracia, com um sentido mais rigoroso e amplo do que simplesmente democracia como eleição, democracia burguesa, vontade da maioria etc. esses componentes são todos importantes, mas estão todos subsumidos a esse conceito mais amplo de democracia como convivência pacífica e livre entre seres e grupos que se fazem sujeitos. A palavra fundamental é sujeito. (PARO, 2010, p.88 e 89)

A liberdade, no entanto, valoriza a participação e a autonomia o que eleva a condição dos seres humanos em sujeitos, redimensiona o olhar, cria novas possibilidades e perspectivas, envolve-se na humanidade e atribui sentido à sua historicidade.

Por outro lado, precisamos lembrar de como a escola está arraigada aos modelos autoritários e conduz suas ações cotidianas a base do controle, nessa perspectiva entre controle e participação que se é determinado a ausência ou a presença da liberdade e poder, buscando estruturar-se, por isso, não consiste em uma mudança de planejamento ou metodologia simplesmente, remete-se a uma mudança de paradigma, pensamentos, crenças, o controle pelo simples ato de exercê-lo não educa, serve como instrumento de punição, não se transforma em ação consciente e participativa.

Surge situações de conflitos inevitavelmente, pois, por um lado, o controle muito vivenciado nos ambientes escolares e aprovado por grande parte da comunidade escolar, principalmente, gestão, professores e famílias, e por outro lado, as instâncias participativas necessárias para o exercício da liberdade mas até então desconhecidas em sua plenitude, consistem em ações tímidas e pontuadas que tem avançado significativamente, mas sem conotações de vastas experiências.

Enfim, essa mudança altera a cultura da escola e por conseguinte, sua história, as instâncias participativas no ambiente esco-

lar possibilitam os alunos serem os sujeitos da construção de suas aprendizagens com direito a voz e a expressão. Ações como assembléias, fóruns, conselho de escola e reuniões de pais devem ser pautadas nesse princípio de construção e decisão coletiva, assim, torna as famílias e toda comunidade escolar corresponsáveis pelo ato de educar, parceiros nessa empreitada, aproveitando esses momentos para conhecer quem são esses sujeitos, o que pensam, qual sua realidade, o que procuram, e assim, aproximar a comunidade e envolvê-la nessa experiência de participação pode ser enriquecedor para o fundamental papel da escola e a construção dos sujeitos enquanto cidadãos.

Nesse sentido que abordaremos o termo empoderamento, originário da língua inglesa “empowerment”, remete as dimensões políticas do exercício do poder com foco no aspecto social e no exercício da cidadania. Paulo Freire, conceitua esse termo em seu livro “Medo e Ousadia”:

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto se faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (SHOR; FREIRE, 1986, p.138)

Portanto, o poder em nossa sociedade está estreitamente ligado a dominação, força e mais valia, intrínsecos em nossa cultura e relacionados os conflitos sociais de desigualdades, submissão e autoritarismo, reverter esse quadro se torna um fator determinante à emancipação, somente a consciência crítica pode proporcionar o comprometimento do sujeito com si mesmo e com o mundo, tornar-se um sujeito político.

Nessa esfera, que a educação tem como desafio fazer de seus alunos sujeitos empoderados que compreendem sua própria existência enquanto ser social e político, capazes de ampliar os horizontes por meio das conquistas democráticas, da participação cidadã e do comprometimento com a construção de sua história, da sua localidade e do seu tempo.

## 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa pesquisa visa analisar os conflitos entre liberdade e poder no cotidiano das escolas, com foco nas concepções e construção desses conceitos pelos alunos e professores do Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano, da rede pública municipal de São Paulo.

A pesquisa bibliográfica busca dialogar com os dados apresentados e leva em consideração o contexto social e político da educação na atualidade, por isso, ao tratar de um assunto que envolve sentimentos e ponto de vista que os dados contemplam uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento metodológico a entrevista semi estruturada2 que possibilita a investigação da subjetividade e a interação social dos sujeitos em questão.

2 Sobre entrevista leia FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Dessa forma, pudemos fazer um estudo comparativo entre as falas dos profes-

sores e dos alunos, analisando as respostas conforme o estudo bibliográfico realizado.

A primeira questão em análise, trata sobre a compreensão de liberdade dos professores e alunos no ambiente escolar.

Nas falas dos alunos, fica explícito que o conceito de liberdade está ligado ao atendimento individual de desejos, o que gostam de fazer. Nas falas dos professores, o destaque sobre a definição de liberdade está relacionado ao convívio coletivo, ao respeito e ao compromisso social.

Esses dados revelam que a liberdade tem influência social e cultural, sendo construída ao longo da formação dos indivíduos:

Quanto ao tratamento da liberdade, creio que é necessário evidenciar a liberdade não só como manifestação subjetiva e voluntária da personalidade, mas, além disso, como resultado das relações concretas do indivíduo e de seu meio social, econômico e cultural. (GUTIÉRREZ, 1988, p. 111)

Portanto, a escola tem grande responsabilidade de construir a liberdade como exercício de cidadania, com princípios de justiça, equidade e ressignificação de sua relação com a vida pública.

Na segunda questão, a análise aborda a compreensão que os professores e alunos têm sobre o poder na escola.

O depoimento dos alunos explicita que a compreensão do poder está relacionado a força, a figura de autoridade e superioridade. Os professores evidenciaram que o poder está na relação de hierarquia, imposição e autoridade.

Dessa forma, ambos relacionam o poder como dominação, intervenção no comportamento do outro, no autoritarismo e na coibição da liberdade, “É importante, todavia, que se analisem as percepções e imagens sociais do poder da escola porque elas têm interferência sobre o efetivo exercício desse poder.” (PARO, 2010, p.58)

Refletir sobre o uso do poder nas escolas é uma necessidade da atualidade para se refazer na atualidade e proporcionar a participação a fim de humanizar as relações interpessoais no convívio escolar.

A última questão, refere-se os fatores que dificultam e favorecem a construção da liberdade na escola.

Os alunos ao responderem a questão se nortearam pela falta de liberdade e pelas regras impostas na escola, compreendendo como facilitador à construção da liberdade ao manter o respeito e a organização da escola, já como dificultador, a coibição de atitudes e ao modelo de comportamento.

As crianças precisam de ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo. Se as liberdades não se constituem entregues a si mesmas, mas na assunção ética de necessários limites, a assunção ética desses limites não se faz sem riscos a serem corridos por elas e pela autoridade ou autoridades com que dialeticamente se relacionam. (FREIRE, 2000, p.59)

Nos discursos dos professores, fica evidente que os elementos facilitadores à construção da liberdade são os momentos de decisões e discussões coletivas e conscientes junto a seus alunos e a comunidade escolar. Os aspectos dificultadores desse processo de construção da liberdade salientados foram a questão do autoritarismo, a falta de participação efetiva da comunidade escolar, a burocracia pedagógica e a falha na relação dialógica entre os sujeitos.

Esses dados demonstram a necessidade da escola de refletir sobre a problemática da relação do poder e da liberdade em seu contexto, buscando formas de intervenção em sua realidade para promover e preservar a construção do empoderamento como liberdade de expressão e aprendizagem, admitindo-o como princípio norteador às práticas pedagógicas, desconstruindo o contexto autoritário e burocrático do espaço escolar.

A liberdade e a responsabilidade não são conflitantes, pelo contrário, a imposição e as relações autoritárias é que tornam impossível a participação responsável. [...] Em educação, da mesma forma que em outros processos sociais, o objetivo fundamental deveria ser alcançar o autogoverno, a autorealização e a liberdade responsável e comprometida (GUTIÉRREZ, 1988, p. 113)

Nesse sentido, o processo de construção da cidadania pode ser viabilizado com a relação humana a partir do diálogo e da participação, tendo como princípio fundamental a liberdade comprometida e a relação coletiva do poder enquanto sujeito histórico social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema sobre a liberdade e o poder permitiu analisarmos a trajetória histórica da educação ao discutir e refletir sobre o papel da escola na atualidade, as contribuições legislativas do direito à liberdade, a participação e empoderamento na escola.

A liberdade proporciona esse processo de construção democrática na sociedade, viabiliza, assim, a autonomia e a participação efetiva, sustenta práticas dialógicas que contribui para a formação cidadã reconhecendo o sujeito como protagonista, respeitando sua história, sua localidade e seus conhecimentos e, dessa forma, enfraquece as relações autoritárias e de dominação, fomenta a transformação social baseada em práticas mais humanizadas e democráticas, além das relações de poder menos submissas e mais descentralizadas.

Observamos pela análise de dados que ainda há resquícios de traços de dominação e autoritarismo e da escolarização como meio de dualização social, ao promulgar a desigualdade social e centralizar o poder. Por isso, que o envolvimento de toda a comunidade escolar se faz necessário nas instâncias participativas, para inverter a lógica das relações de um poder explorador que a sociedade vem sofrendo desde a colonização do país.

Portanto, a pesquisa traz como contribuição à educação trilhar caminhos que percorrem em direção a tomada de decisões coletivas em instâncias participativas no ambiente escolar como assembléias, fóruns, conselhos de escola, grêmios, promovendo a discussão do projeto político pedagógico e do regimento escolar. Assim, a corresponsabilidade e a descentralização do poder poderão reconhecer os sujeitos da escola em exercício pleno da liberdade e do empoderamento, construtores da própria aprendizagem e da politicidade e historicidade necessária à formação do sujeito crítico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 05 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 08 dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 08 dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em:10 dez. 2013.

CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Instituto Paulo Freire).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação como práxis política. Tradução Antonio Negrino. São Paulo: Summus, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MICHAELIS. Moderno dicionário da Língua Portuguesa. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/liberdade%20_991624.html>. Acesso em: 08 dez. 2013.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre a educação. São Paulo : Xamã, 2001.

. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Tradução Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

**Anexos**

Tabela 1: Compreensão da liberdade

| | | | |
|---|---|---|---|
| A1 | "...sair correndo, brincar, jogar bola, etc" | P1 | "...algo necessário..." |
| A2 | "...ser solto no mundo" | P2 | "direito de ir e vir... ter autonomia..." |
| A3 | "...fazer o que quiser na hora que quiser" | P3 | "direito de ir e vir... lutar pelos direitos..." |
| A4 | "...não ficar preso" | P4 | "direito de pensar e tomar decisões..." |
| A5 | "...fazer qualquer coisa que quiser" | P5 | "ser respeitado e respeitar o direito do outro..." |

Tabela 2: Compreensão de poder

| | | | |
|---|---|---|---|
| A1 | "ter muito dinheiro..." | P1 | "muitos querem, poucos têm" |
| A2 | "...na escola, o professor" | P2 | "...impor sua vontade sobre os outros..." |
| A3 | "mandar em tudo..." | P3 | "ato de mandar, hierarquia, capital concentrado, domínio" |
| A4 | "...ter dinheiro, se acha melhor que o outro" | P4 | "...exercer autoridade, dominar, status" |
| A5 | "força, não ter medo de nada" | P5 | "uso de agir com autoridade e não autoritário" |

Tabela 3: Construção da liberdade na escola

| | | | |
|---|---|---|---|
| A1 | "ajudam" | P1 | "Dificuldade: ...a falta de comunicação entre escola e famílias..." |
| A2 | "favorecem, porque as crianças não podem fazer o que querem e mantém o respeito" | P2 | "Dificuldade: ...a falta de responsabilidade dos docentes, a liberdade utilizada de maneira incorreta... Facilidade: ...liberdade construída de forma consciente..." |
| A3 | "dificultam ...quando não seguimos somos punidos com bilhetes e convocações" | P3 | "Dificuldade: ...regras e burocracia interfere na liberdade de professor e aluno... Facilidade: ...construção coletiva do PPP, do conselho de escola e do regimento escolar..." |
| A4 | "dificultam por causa das brincadeiras ...favorecem para não nos machucarmos" | P4 | "Dificuldade: ...regras desnecessárias, autoritarismo e abuso de poder... Facilidade: ...participação, diálogo, comunicação e respeito..." |
| A5 | "dificultam porque não podemos fazer nada" | P5 | "Dificuldade: ...falta de esclarecimento da comunidade escolar e a relação entre escola e família..." |